

APRITEL

ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES
DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS

RELATÓRIO de ATIVIDADES E CONTAS

***Poder de comunicar,
é o poder de mudar.***

2016



I. a associação

1. Mensagem da Direção	4
2. Mensagem da Secretária-Geral	5
3. Quem somos	6
4. Associados da Apretel	7
5. Órgãos associativos	8
6. Estrutura Organizativa	9
7. Equipa técnica	10

II. em contexto

1. Caracterização do Setor	12
----------------------------	----

III. principais temas regulatórios

1. CT Mercado	16
2. CT Consumidores	17
3. CTAudiovisual	18
4. CT Redes	19
5. CTAção Legislativa	19
6. Contratação Pública	23

IV. comunicação

1. <i>Site</i> renovado	22
2. Portugal no paradigma digital	24
3. Principais temas em notícia	26

V. contas do exercício

1. Demonstração de Resultados	28
2. Balanço	29
3. Comparação Orçamental	31

I. a associação





1. Mensagem da direção

No ano de 2016 continua a registar-se uma quebra de rendimento no setor, com um movimento de sentido inverso no volume dos serviços disponibilizados (tráfego, velocidade, canais...).

Tem havido uma atividade legislativa intensa sobre matérias de consumo, com impactos nos contratos e processos no setor das comunicações eletrónicas.

Os consumidores e a satisfação dos clientes são a prioridade dos Associados, pelo que todo o esforço é feito no sentido de promover as melhores soluções regulatórias, que equilibrem informação com simplicidade, serviços, benefícios e remuneração adequada, num clima de sã concorrência.



Jaime Ramos

Diretora Jurídica e de
Regulação

Cabovisão/NOWO

ONI (1)

Filipa Carvalho

Diretora Jurídica e de
Regulação

NOS

Madalena Sutcliffe

Diretora Jurídica e de
Regulação

Vodafone (2)

Sónia Machado

Diretora de Reg, Conc.
Jur., Membro Comité
Exec

MEO (3)

Sofia Gaspar

Diretora Financeira e de
Regulação

Ar Telecom

¹ Assumiu em 6 de dezembro de 2016.

² Assumiu em 6 de dezembro de 2016.

³ Assumiu em 1 de junho de 2016.



2. Mensagem da Secretária-Geral



Daniela Antão,
Secretária-Geral da APRITEL

Num ano de intensa atividade legislativa, a Apritel não deixou de contribuir para promover o debate em torno dos temas centrais para o desenvolvimento do País.

Foi com grande orgulho que em 2016 organizámos a Digital Gathering, by Apritel, subordinado ao tema *Portugal no Paradigma Digital*. Neste evento apresentamos, pela mão de oradores de excelência, as grandes ideias da Google sobre o digital, o potencial do digital para o desenvolvimento do comércio, dos serviços - aqui com o exemplo do turismo e a saúde. Pudemos ainda evidenciar o potencial de Portugal para atrair e reter talento.

Procurando progredir no desenvolvimento de uma imagem do setor mais próxima do público e mais informativa, a renovação do site da APRITEL poderá desenvolver-se como uma fonte importante de comunicação da Associação com o público, e de recolha de informação dos interessados sobre as posições, análise e notícias da Associação e do setor.



3. Quem somos

identidade

A Apritel é uma associação setorial de representação institucional de empresas de comunicações eletrónicas, dedicada a promover medidas públicas que contribuam positivamente para a rentabilidade, sustentabilidade e inovação do setor, e uma percepção positiva do público sobre a indústria.

missão

No seu papel de interlocutor institucional, a Apritel promove a adoção de boas medidas e políticas públicas ou de iniciativa particular, que promovam o equilíbrio contratual das ofertas do mercado, o investimento e a inovação tecnológica, a valorização das pessoas no centro das comunicações eletrónicas e o desenvolvimento do nosso País.

valores

O primado da pessoa

A comunicação entre pessoas é a razão de ser da Indústria das comunicações eletrónicas, e toda a atividade da APRITEL é feita ao serviço da comunicação entre as pessoas são a razão de ser das comunicações eletrónicas. O valor que a capacidade de comunicar tem para a qualidade de vida e para a valorização do ser humano torna esta Indústria uma das mais valorosas da atividade económica.

Consumidores esclarecidos

Estamos focados na melhoria contínua da informação dos consumidores para promover decisões de contratar esclarecidas, assentes na plena compreensão dos serviços e dos contratos.

Medidas públicas corretas

As medidas públicas devem ser necessárias e proporcionais e não devem criar custos de contexto não estritamente necessários, não devem comprometer a rentabilidade e capacidade de investir das empresas ou a confiança dos investidores nos pressupostos em que assentam as suas decisões de longo prazo.

Inovar é um estado natural

Os *players* desta Indústria gerem toda a sua atividade orientados para o futuro: inovar é o seu 'estado natural'.



4. Associados da Apritel





5. Órgãos associativos

No final de 2016 era a seguinte a composição dos órgãos sociais.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Alexandre Sousa Machado;
Vice-Presidente: Manuel Ferreira da Costa;

Conselho fiscal

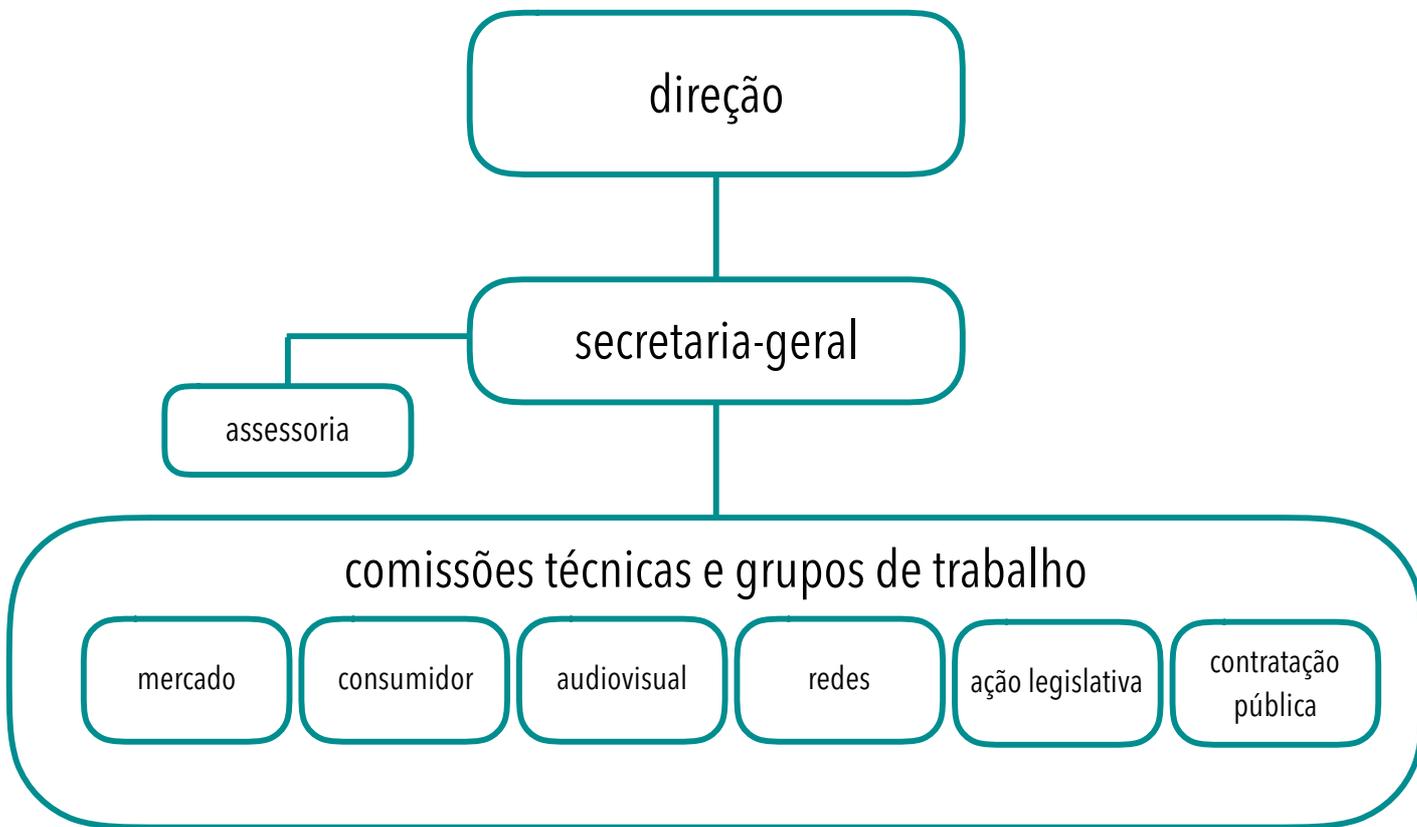
Presidente: BT – Carlos Dias;
Vice-presidente: COLT – Carlos Jesus.
Vogal: Verizon - Tiago Silva

Direção

Ar Telecom – Sofia Gaspar;
Cabovisão – Madalena Sutcliffe;
MEO – Marta Neves;
NOS - Filipa Carvalho;
Oni – Madalena Sutcliffe;
Vodafone – Cristina Minoya Perez.



6. Estrutura organizativa



Direção

A Direção é composta por 6 operadores, representados por 5 pessoas. Reúne por regra mensalmente.

Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é dirigida pela Secretária-Geral, a quem compete a condução da atuação da Associação, reportando à direção. A Secretária-Geral é coadjuvada nas suas funções pela Assessoria. Compete, em particular, à Secretária-Geral dinamizar e articular o trabalho das várias Comissões Técnicas e outros Grupos de Trabalho que se constituam.

Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho

A Apritel desempenha a sua missão graças ao trabalho de muitas pessoas que analisam os temas, acompanham todos os desenvolvimentos, preparam posições oficiais, apresentações e encontros institucionais. As C.T. estão organizadas em torno de grandes temas. Presentemente, estão ativas 5 C.T. e um grupo de trabalho para os temas de contratação pública, podendo a Direção a qualquer momento decidir criar outras CT ou grupos de trabalho.



7. Equipa técnica

secretaria-geral

Secretária-Geral - Daniela Antão
Assessora - Liliana Maia

c.t. mercado

competência atribuída:
Temas macro-económicos que influenciam a competitividade do setor.

c.t. consumidores

competência atribuída:
Temas de direito do consumo ou relacionados diretamente com consumidores.

c.t. audiovisual

competência atribuída:
Assuntos relacionados com conteúdos ou com direitos de autor e direitos conexos.

c.t. redes

competência atribuída:
Regulamentação técnica da construção das redes e infra-estruturas de comunicações eletrónicas

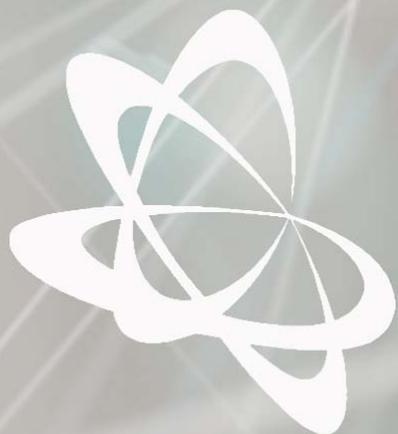
c.t. ação legislativa

competência atribuída:
Intervenção transversal a vários temas que envolvam processo legislativo. Particular enfoque em temas relacionados a Justiça.

contratação pública

competência atribuída:
Grupo de Trabalho que acompanha temas relacionados com as regras e procedimentos de concursos públicos, com o objetivo de promover a concorrência.

II. em contexto



relatório | 2016



1. Caracterização do Setor

Menos receitas, mais serviços, clientes satisfeitos

O Banco Central Europeu assinalou que a inflação global a nível mundial aumentou nos últimos meses de 2016 por influência de uma subida dos preços do petróleo e que, havendo alguma diminuição da capacidade produtiva disponível, poderia esperar-se inflação no médio prazo.

A economia portuguesa, em 2016, voltou a crescer, registando uma variação positiva do PIB de 1,4%. e a taxa de desemprego situou-se nos 11,1%, menos 1,3 p.p. relativamente a 2015.

A entrada em vigor da Lei n.º 15/2016, de 17 de junho, que veio rever as regras sobre períodos de fidelização nos contratos de comunicações eletrónicas, determinou uma reformulação de algumas das ofertas comerciais existentes (ainda que o mercado já tivesse disponíveis inúmeras ofertas com diferentes prazos de fidelização).

Neste contexto global, as receitas retalhistas globais dos principais serviços de comunicações eletrónicas diminuíram 0,3%, segundo a ANACOM.

Contudo, o Instituto Nacional de Estatística (INE) imputa ao Setor uma variação de preços médios anuais dos serviços de telecomunicações em 2016 de 2,61% (que corresponderia a 2,01 p.p. acima da inflação, que se situou nos 0,61%).

Esta discrepância resulta de o índice de preços utilizado pelo INE estar desfasado do perfil de consumo atual em Portugal. Com efeito, aquele índice utiliza sobretudo preços de ofertas *stand alone* (serviços individualizados) e não essencialmente pacotes, que caracterizam os modelos de compra de serviços em Portugal. Com efeito, em 2016 manteve-se a tendência de crescimento da penetração dos serviços em pacote (+6,6 p.p.), tendo a penetração das ofertas de *quadruple* e de *quintuple play* atingido 38,5 por cada 100 famílias clássicas (+3,8 p.p. que no ano anterior).

Este aumento da penetração das ofertas em pacote que integram serviços móveis e serviços fixos e que incluem chamadas a zero cêntimos explicam que o tráfego de Internet fixa e móvel tenham continuado a aumentar. O tráfego de voz móvel, em número de chamadas realizadas e o volume de minutos de conversação, atingiu máximos históricos. Também o número médio de canais dos serviços de televisão por subscrição aumentou para 133, o que representa mais 20 ofertas do que em 2015. São fatores como este que explicam o que a Apritel tem vindo a assinalar, que é uma quebra contínua de receitas unitárias.

Apesar da elevada qualidade do serviço, muitas vezes aliás superior à média europeia, os preços praticados em Portugal foram inferiores à média dos seis países considerados, entre -3,2 e -11%, consoante o indicador considerado, de acordo com um estudo realizado pela TELIGEN e promovido pela ANACOM, em julho de 2016.

Realmente, e ainda segundo a ANACOM, os nossos clientes estão satisfeitos com os serviços prestados: em termos globais, os utilizadores residenciais dos serviços de comunicações eletrónicas classificaram os serviços entre 7,5 e 8,4, numa escala de 1 a 10.



Redes 'everywhere', bundles ativam adesão à Internet

Apesar da quebra de receitas do Setor e da redução dos preços unitários, as empresas do Setor não deixaram de responder aos desafios da inovação e a continuar entregar as melhores redes e as melhores experiências de serviço. Em 2016 foi a vez dos desenvolvimentos nas redes móveis 4,5G tecnologia LTE.

Estas redes têm velocidades de 1,7 Gbps. Esperam-se desta rede móvel níveis de latência de 1 milissegundo, ou inferiores, e maior densidade de conexões por site, o que contribuirá para o desenvolvimento da Internet of Things e o Machine to Machine.

A cobertura das redes continua a evoluir em Portugal num bom ritmo. Segundo a ANACOM, estão disponíveis em Portugal as principais tipologias de redes de comunicações eletrónicas com uma cobertura tendencialmente superior à média da UE28.

	DSL	Cabo standard	EuroDOCSIS 3.0	FTTP	HSPA	LTE	Satélite	Total NGA
Portugal	99,2	79,1	79,1	86,1	98,8	98,8	100	95,0
UE28	94,3	44,4	43,9	23,7	98,0	96,0	99,4	75,9
Ranking PT	9.º	4.º	4.º	1.º	23.º	11.º	1.º	5.º

Unidade: percentagem de alojamentos cobertos por 100 alojamentos

Fonte: European Commission, Broadband Coverage in Europe 2016 (resultados provisórios)

Apesar dos níveis de cobertura, e de todo o esforço de investimento, os importantes problemas de iliteracia em Portugal têm constituído um entrave à adesão à Internet. Em julho de 2016 Portugal ocupa apenas a 11.ª posição no ranking da UE28.

Contudo, o sinal muito positivo é que Portugal foi o segundo país onde a penetração mais cresceu nos 12 meses anteriores (2,3 pontos percentuais face a 2015), colocando a taxa de penetração da banda larga fixa em 32,6 acessos por 100 habitantes. Este aumento da adesão à Internet é catalisado pelas vendas em pacote.

A dinâmica subjacente à grande propensão para uso da Internet móvel denota-se no crescimento da penetração da banda larga móvel de +9,2 p.p.. **No final do 4T2016, cerca de 63,2% dos utilizadores do serviço de acesso à Internet em banda larga móvel utilizavam a rede 4G, num total de 4 milhões de utilizadores.**



OTT: facts & figures

Os serviços over-the-top (OTT) são cada vez mais utilizados.

O acesso online a conteúdos é mais frequente em Portugal do que na UE28, especialmente se os conteúdos forem partilhados, gratuitos e sem anúncios.

28%

*cerca de 28% dos indivíduos faziam **chamadas de voz e vídeo** pela Internet (+2 pontos que no ano anterior e -4 pontos percentuais que a média da UE28)*

86%

*1.º lugar do ranking na utilização gratuita de **música** (86%),*

75%

2º lugar do ranking na utilização gratuita de vídeos online (75%),

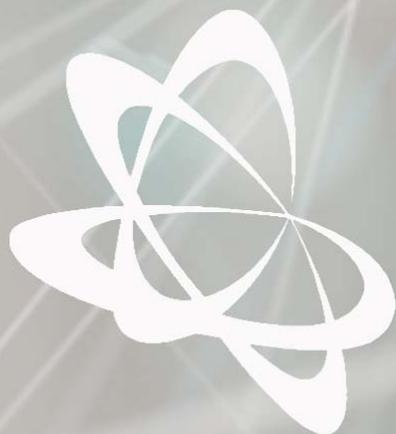
75%

2º lugar do ranking na utilização gratuita de jornais/revistas online (75%),

66%

2º lugar do ranking na utilização gratuita de filmes/séries online (66%).

III. principais temas regulatórios





Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa assegurar a portabilidade dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno

Na sequência de convite da Presidência do Conselho de Ministros à APRITEL para colher a posição do setor sobre este projeto de regulamento do PE e do Conselho da UE, a Associação remeteu em 9 de maio de 2016 a sua posição. Na sua posição, a APRITEL reconhece a pertinência desta forma de portabilidade de conteúdos, mas alerta para os riscos de criação de ónus burocráticos excessivos relacionados com a verificação da transitoriedade da deslocação ao estrangeiro pelo titular de conteúdos.

OTT - Estudo sobre serviços de aplicações e conteúdos

A APRITEL participou num *workshop* promovido pela ANACOM sobre a problemática dos OTT no âmbito de um estudo que está a realizar sobre os impactos nos modelos de negócio dos operadores e regulatórios desta realidade (ver artigo na pág. 18).

Consulta do BEREC - Guidelines to implement new net neutrality rules.

Em 18 de julho de 2016 a APRITEL respondeu à Consulta do BEREC, expressando a sua convicção de que estas *guidelines*, se implementadas *tal qual*, comprometerão o objetivo essencial do Regulamento TSM, que é o de manter a Internet como um ecossistema de inovação (ver artigo na pág. 19)

Orçamento de Estado 2017 _Proposta: taxas camarárias

O artigo 74.º da Proposta de Orçamento de estado para 2017 contempla um conjunto de disposições com incidência no regime de taxação da passagem e ocupação de subsolos, que suscita as maiores preocupações à APRITEL. Para o setor é crucial não agravar o grau de oneração da atividade, em particular o custo das redes. Os investimentos feitos em desenvolvimento de redes de nova geração tiveram como pressupostos certos níveis de taxação camarária. Alterar de forma expressiva estes pressupostos teria consequências graves para a credibilidade externa da estabilidade do País para investidores.

Quer a base de incidência, quer o valor da taxa máxima suscetível de ser cobrada 'pelas' Autarquias, quer a sua fixação a nível nacional são três fatores essenciais do atual regime da TMDP que devem ser absolutamente preservados. No âmbito deste assunto realizaram-se inúmeras diligências entre outubro e o final do ano de 2016:

- Audiência com o Secretário de Estado das Infraestruturas
- Reunião com o Grupo Parlamentar do PSD
- Envio de cartas para a Comissão Europeia
- Reunião com a Comissão Europeia
- Reunião com a ANACOM
- Reunião com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª Comissão)
- Reunião com o Grupo Parlamentar do CDS
- Envio de carta ao Primeiro Ministro.



Revisão da Lei das Comunicações Eletrónicas - Fidelizações

Ao cabo de 3 anos após o lançamento de uma campanha da DECO que tinha por objetivo principal proibir a prática de prazos de fidelização de 24 meses nos contratos de comunicações, foi adotada a Lei n.º 15/2016, de 17 de junho, que reforça a proteção dos consumidores nos contratos de prestação de serviços de comunicações eletrónicas com período de fidelização (décima segunda alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas). Não vingou a pretensão de proibir a prática dos prazos de 24, mas foi adicionado uma modalidade de prazo adicional - a dos 6 meses.

O texto da lei não é isento de críticas, fruto de um processo legislativo bastante atípico. Ao longo deste processo, a Apretel encetou várias diligências, entre as quais se podem destacar:

- Reunião com o Grupo Parlamentar do PS;
- Audiências com a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares
- Contributo para a redação final do 'texto de substituição dos projetos de lei relativos aos prazos de fidelização nos contratos de comunicações eletrónicas';
- Audiências com várias entidades;
- Envio de carta ao Senhor Presidente da República
- Reuniões com a ANACOM;
- Emissão de comunicado face às notícias que os media emitiram.

Plataforma Única do Consumidor

Os operadores, através da APRITEL, foram convocados pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia para reunir no dia 13 de abril de 2016, com a presença também da Senhora Presidente da ANACOM e de elementos da Direção-Geral do Consumidor, para escutarem a apresentação do Livro de Reclamações Online, também designado de Plataforma Única do Consumidor, que o Governo tem intenção de lançar o mais tardar até dia 1 de Junho de 2017. Na sequência deste encontro várias diligências se seguiram:

Reunião com o Secretário de Estado do Comércio, Direção Geral do Consumidor e Anacom:

- Reunião com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM),
- Envio de comentários preliminares às Especificações Técnicas da Plataforma Única do Consumidor,
- Reunião com o Secretário de Estado Adjunto e do Comércio,
- Reunião técnica sobre a plataforma Livro de Reclamações Online que terá lugar nas instalações da Direção-Geral do Consumidor.

Resolução Alternativa de Litígios - RAL

A Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, veio impor que os operadores divulguem a quais destas entidades estão vinculados e publiquem os detalhes dos contactos das mesmas. A Apretel procurou sensibilizar a Direção-Geral do Consumidor e a própria ANACOM (cartas de 14 de janeiro de 2016) para a necessidade de garantir a possibilidade de prestar informação detalhada via website do operador.

2. c.t. consumidor

Ficha Individual Simplificada (FIS)

O Regulamento n.º 829/2016 da ANACOM publicado em 23 de agosto de 2016, objeto de posterior alteração pelo Regulamento n.º 878/2016, estabelece um regime consolidado de informação a prestar pelos prestadores de serviços de comunicações eletrónicas ao público em geral, e em particular aos utilizadores finais e introduz a figura da *Ficha de informação Simplificada (FIS)*, que deve veicular a informação essencial sobre cada oferta e também sobre as condições que em concreto são oferecidas ao cliente no momento da adesão. O Regulamento publica ainda um *glossário* que deve ser disponibilizado conjuntamente com a FIS.

Vários motivos determinaram a APRITEL a solicitar, em nome de todo o setor, uma prorrogação do prazo de resposta:

- re-desenhar ofertas, respetivo *pricing* e *fazer testes*;
- reformulação dos processos de marcação de clientes, criando e reformulando novos algoritmos dos sistemas de informação)
- necessidade de elaborar novos processos, dar formação a centenas de colaboradores; ao 'desenho' da FIS e às necessidades de implementação (desenvolvimento de software, por exemplo)
- gestão documental e arquivo; processos de formação dos colaboradores, diretos e indirectos.

6 meses de adaptação é um prazo manifestamente exíguo para a dimensão do impacto destas normas.

Nessa medida, a Apritel enviou uma carta à ANACOM em 15 de dezembro de 2016, solicitando a prorrogação do prazo de aplicação do regulamento e pedindo o agendamento de uma reunião com urgência.

3. c.t. audiovisual

Propostas de alteração ao Regulamento Geral relativo aos Programas de Apoio do ICA.

A APRITEL comentou em 26 de janeiro deste ano o teor da proposta colocada em consulta enviando comentários à consulta relativa à alteração de regulamentos que disciplinam a atribuição de apoios a diversas atividades relacionadas com a produção cinematográfica e audiovisual

Proposta do PCP - taxa sobre ISP e eliminação cópia privada e livre acesso a conteúdos

O Grupo Parlamentar do PCP desencadeou uma iniciativa legislativa (ao Projeto de Lei n.º 124/XIII/1ª) visando eliminar o regime da cópia privada e criando uma nova taxa a aplicar aos ISPs para compensar a colocação de conteúdos em regime de acesso livre na Internet, já que, no entender deste Grupo Parlamentar, os conteúdos culturais não devem estar restritos, i.e., devem estar livremente disponíveis na Internet (designado como 'partilha de dados' na expressão da proposta legislativa). A Apritel reagiu negativamente a esta proposta, ainda que advogando a extinção do instituto da cópia privada em Portugal.

A Associação enviou uma posição escrita e participou na *Reunião Aberta sobre as Opções políticas e legislativas para a Partilha de Dados* promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP (6 de abril de 2016).

Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual (SECA)

Acompanhamento da SECA e participação na nomeação dos júris para os concursos de apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades cinematográficas e audiovisuais.

4. c.t. redes

Incidentes de Segurança de Redes - Reuniões com a EDP

A Aritel, com o apoio dos dois reguladores ANACOM e ERSE, iniciou um ciclo de reuniões bilaterais com a EDP Distribuição, (com presenças da EDP Comercial também) com o objetivo de encontrar processos expeditos que permitam minimizar o impacto das avarias ou cortes de energia na continuidade do fornecimento de comunicações eletrónicas.

Incidentes de Segurança de Redes - Regulamento de QoS

A Aritel foi convidada a integrar o Grupo de Trabalho da Qualidade da Energia Elétrica que está a acompanhar a revisão do regulamento de Qualidade no setor da Energia Elétrica.

Adaptação das Telecoms às alterações climáticas 2020

A Aritel participou na reunião "ENAAAC 2020 – Grupo Setorial de Transportes e Comunicações (GT TRANS)" organizada pela ANACOM.

Consulta pública ao Decreto-Lei n.º 123/2009

A Aritel participou na consulta pública promovida pelo Governo, em ligação com a ANACOM.

Cyber Europe 2016

A ANACOM organizou um *workshop* e um exercício em que estiveram presentes os associados da APRITEL.

5. c.t. ação legislativa

Contingentação de processos executivos

Depois de aprovada a Lei que transformou a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução e aprovou o respetivo Estatuto sucedeu-se a fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a Agentes de Execução .

Tendo sido este um dos temas consagrados no referido diploma e sobre os quais a APRITEL se pronunciou, veio esta, no seguimento do anúncio 1/2016 da CAAJ, constituir-se como interessado, para, assim, poder apresentar os seus contributos."

União Europeia - Grupo Questões Gerais Incluindo Avaliações (GENVAL) – Sétima ronda de avaliações mútuas -

A Aritel organizou em 2015 a audição dos operadores pelo grupo de avaliação da Comissão Europeia à aplicação prática das políticas europeias de prevenção e de combate à cibercriminalidade. Ainda neste contexto enviou, já em 2016, comentários ao projeto de Relatório de Avaliação mútua (Doc. DS 1049/16 EU RESTRICTED, de 17 de março).

Eliminação papel na colaboração com a Justiça

Por carta de 22 de novembro de 2016 a APRITEL solicitou à Senhora Secretária de Estado da Justiça uma audiência a fim de poder propor um conjunto de ações tendentes a permitir usar o sistema 'SAPDOC' já instalado para obter a tendencial eliminação da utilização de papel no quadro das funções dos deveres dos operadores de colaboração com a Justiça. A iniciativa foi muito bem recebida.

4. contratação pública

ESPAP - AMA

Sobre o modelo de 'comunicações fixas a custo zero' na Administração Pública Direta é importante o estabelecimento de um modelo económico de pacotes de voz nos catálogos e Acordo-Quadro, pela ESPAP, como modelo de prestação dos serviços de comunicações fixas entre a Administração Pública, com diferenciação de perfis, perspetivando a possibilidade de existência de uma remuneração mínima aos operadores.

A imposição de comunicações fixas sem custos entre entidades da AP (via ENUM) não tem merecido, desde sempre, acolhimento por 3 ordens de razões principais:

- i) tal imposição ditar uma condição ao mercado de forma unilateral ;
- ii) por não fazer sentido sob o ponto de vista técnico-económico, tendo em conta a evolução do mercado das comunicações com as várias ofertas de pacotes de comunicação e *flat rates*, que asseguram previsibilidade de custos com uma relação preço/custo competitiva;
- iii) porque tal solução não é técnico-economicamente eficaz via ENUM para os objetivos em causa.

Relativamente à exequibilidade da especificação da AMA a respeito do equipamento ENUM, é importante assegurar:

- i) a possibilidade de flexibilizar a opção por outras alternativas do ponto de vista dos operadores mais eficazes para os objetivos propostos,
- ii) a definição de um modelo de aquisição dos referidos equipamentos e serviços associados pelas Entidades da AP que não permita criar situações de exclusividade e monopolistas.

Consulta Pública do Anteprojeto do Código de Contratos Públicos

O grupo de Contratação Pública elaborou uma resposta à Consulta Pública sobre o Anteprojeto do Código de Contratos Públicos e ainda participou na conferência "*Inovações na contratação pública, em especial nas TIC*" e no colóquio "*A Revisão do Código dos Contratos Públicos: Reflexões críticas sobre o Anteprojecto*".

V. comunicação



relatório | 2016



1. Site renovado

relatório | 2016

Uma novo instrumento de comunicação

homepage

o site guia o leitor para as diferentes áreas, permitindo veicular de forma fácil as mensagens importantes para o público - os consumidores, clientes, jornalistas, instituições e todos os stakeholders em geral.



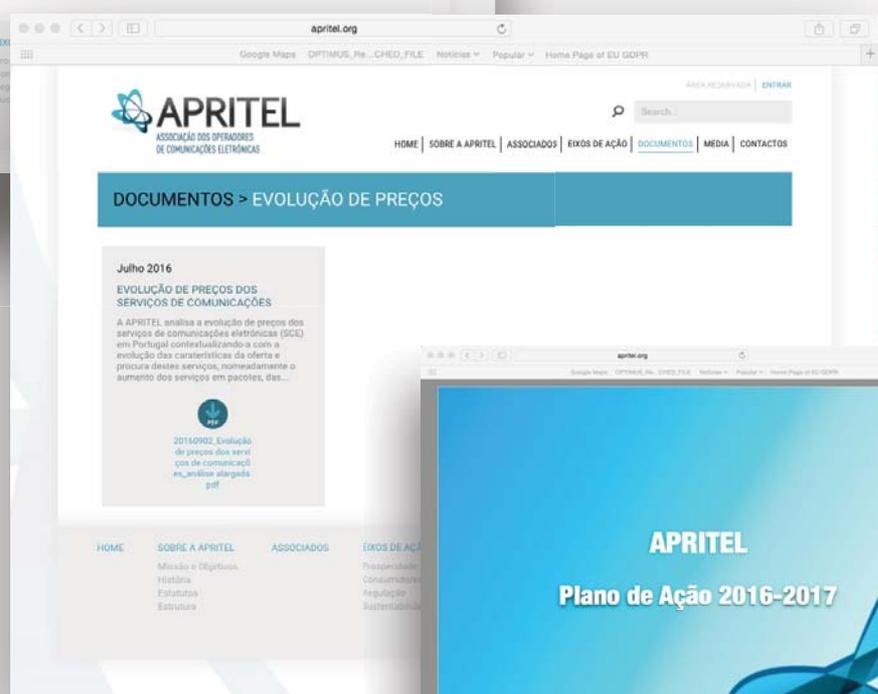
sobre a APRITEL

é útil dar a perceber a natureza de interlocutor institucional, sem caráter económico, da atividade da APRITEL, bem como a sua dimensão histórica.



documentos

um dos 'tabs' importantes onde podemos publicar as nossas posições sobre os mais variados temas e dar-lhes destaque a partir daqui; desde um Plano de Ação a um artigo específico ("Evolução de Preços")...



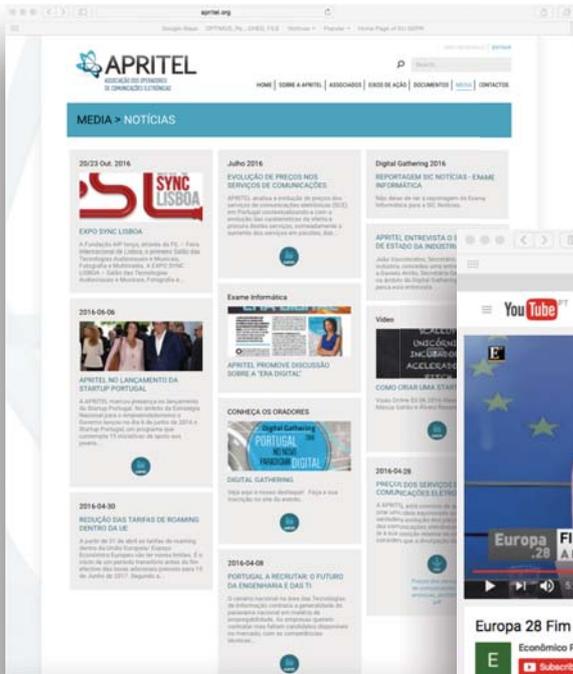


1. Site renovado

relatório | 2016

Uma novo instrumento de comunicação

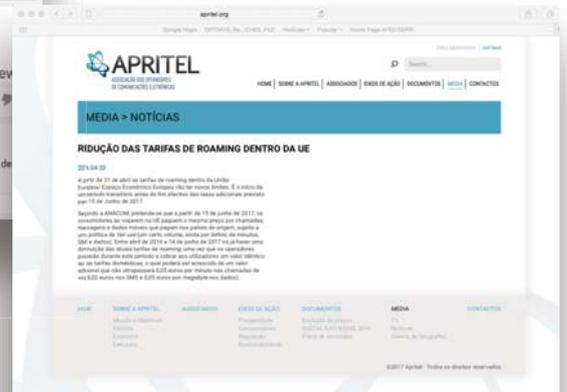
... notícias



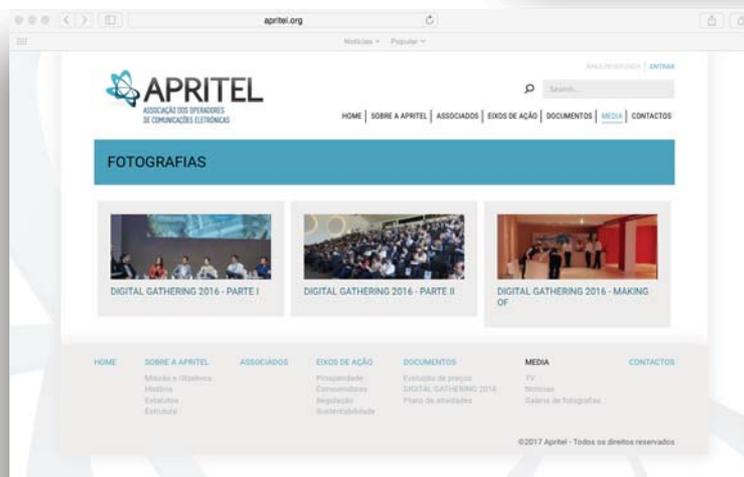
... entrevistas TV



... imprensa



... galeria





2. Portugal no paradigma Digital relatório | 2016

APRITEL
ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES
DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS

the
LISBON
MBA
ESCOLA DE NEGÓCIOS
Parceria

Entrada Livre

Digital Gathering
PORTUGAL 2016
NO NOVO
PARADIGMA **DIGITAL**

Fundação
Champalimaud
31.05 | 14:30

CONVITE





2. Portugal no paradigma digital relatório | 2016

A conferência teve *feedback* muito positivo



A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS OPERADORES DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS TROUXE PARA A ORDEM DO DIA OS DESAFIOS DO NOVO PARADIGMA DIGITAL. ESTE FOI O PONTO DE PARTIDA DO DIGITAL GATHERING, UM EVENTO QUE REUNIU ESPECIALISTAS DE VÁRIOS QUADRANTES, E CUJAS APRESENTAÇÕES PODEM SER CONSULTADAS EM WWW.APRI TEL.ORG

O Digital Gathering 2016, debate recentemente promovido pela APRI TEL na Fundação Champalimaud, foi palco de análise àquelas que são as grandes temas da nova Era Digital, das principais vias de desenvolvimento da criatividade e empreendedorismo, do e-commerce ou de indústria 4.0.

O economista João César das Neves marcou presença e lembrou que em termos informáticos e de infraestruturas informáticas, Portugal está muito bem. Contudo, alerta: "Crianços muitos benefícios, recorrerem a divórcio, e os custos diminuiram. Mas é preciso produzir mais e



A partir de Portugal é possível inovar, é possível ser disruptivo se pensarmos grande, que conseguimos chegar aos quatro cantos do Mundo - João Leitão

o investimento tem de se converter em mais receita para pagar os benefícios acrescidos."

Pedro Pina, de Google, destacou alguns números e lembrou que, no mundo, já são dois bilhões as pessoas ligadas à internet e que até 2020 serão cinco bilhões. Para este profissional, existem boas notícias para as PME, para as quais a Google está "sempre a olhar". Segundo

a Google, estamos na idade do empowerment, em que qualquer um de nós pode competir individualmente com uma grande empresa e ter sucesso. "Em Portugal, muitas pessoas estão a dar a volta às suas vidas, com as suas ideias, com as ferramentas Google. Hoje o capital já não determina o acesso ao mercado. Qualquer um pode exportar para o mundo inteiro", afirmou aquele profissional.

E-COMMERCE E TURISMO EM ALTA

O e-commerce foi a temática debatida por João Leitão, Fundador e CEO da Followprize. "Temos uma infraestrutura excelente, muitas pessoas ligadas à internet, mas há ainda muito por fazer para aumentar o e-commerce. Em Portugal, 70% da população usa a internet, contra 94% no Reino Unido, onde a compra online é três vezes e meia a nossa", explicou. E porque estas diferenças? "Há uma resistência que se explica por fatores como a insegurança nos pagamentos, receio de extravio dos bens, de vendas fraudulentas e de falta de serviços de atendimento pós-vendas. Também há muitas pessoas que não têm cartão de crédito e/ou não sabem, ou têm medo, de usar online. Mas há um mundo de oportunidades: 20% da população europeia compra em lojas fora do seu país, oferecendo uma oportunidade para as nossas empresas lançarem o seu negócio e aumentarem o volume de negócios".

O digital aplicado ao turismo também esteve em análise pela intervenção de Adolfo Mesquita Nunes, ex-secretário de Estado do Turismo. Explicou como a estratégia de marketing digital produziu resultados extraordinários na promoção do turismo em Portugal, indo ao encontro das características da geração milénio, "para quem a ligação wi-fi é mais importante que água quente no hotel".

INTERNET DAS COISAS

A IoT, Internet das Coisas, vai ser a próxima era da digitalização, nas palavras de Orlando Remédios, fundador da Sensefinity. "Nesta digitalização das coisas criamos sistemas integrados, alojados em cloud, ligados a equipamentos com sensores que enviam informação para o nosso sistema. A ubiquidade da telemetria, em condições de custos suficientemente baixas, permite adquirir dados e gerar conhecimento a partir desses dados. Na saúde, por exemplo, este conhecimento permitirá desenvolver a medicina de prevenção, reduzindo internamentos e custos associados".

A indústria 4.0, abordada por João Queiroz, da Siemens, envolve uma digitalização completa da cadeia de valor desde o desenho do planeamento e dos processos



Enquanto empresas de comunicações eletrónicas querem servir Portugal a aproveitar ao máximo o potencial de desenvolvimento que o paradigma digital oferece - Daniela Antão

de fábrica, à execução dos próprios processos, integrando e gerindo remotamente sistemas e máquinas em plataformas que ligam o digital com o mundo físico. É a IoT, e o cloud computing em centros unificados de processos que são replicáveis em qualquer parte do globo. A plataforma cloud pode especializar-se em sistemas e funcionalidades adequadas às diferentes indústrias. Mas devem ser reforçadas as competências na área de cibersegurança: os dados existentes devem estar acessíveis em tempo real mas em absoluta exclusividade dos seus titulares.

Solita Teixeira, da Cisco, confirmou que em ambiente digital a tecnologia e talento são indissociáveis e alertou que, bem geridos e com cuidado, trazem-nos sucesso. A geração atual admite deslocar-se para qualquer país. Esta predisposição para a mudança e a disponibilidade de tecnologia, obriga as empresas a pensarem de forma diferente.

João Vasconcelos, secretário Estado da Indústria, encerrou o Digital Gathering lembrando que na digitalização da economia, não há nenhuma razão para Portugal não ser um país líder. "Esta é a primeira revolução industrial em que a nossa localização geográfica periférica ou a nossa ausência de valiosos recursos naturais não nos prejudica".



3. Principais temas em notícia

relatório | 2016

Nos media, 2016 foi dominado por dois temas:

fidelizações

Por seu lado, a associação das operadoras de telecomunicações (ApriteL) admite prazos de fidelização de seis meses, mas avisa que estes vão encarecer os encargos para os consumidores.

Expresso negocios

Constatado pelo "Negócios", a ApriteL avisa que, apesar de as operadoras, em troca de prazos de fidelização mais longos, vão oferecer aos clientes vantagens e estabilidade de custos, "mas também o retorno dos pesados investimentos" das operadoras. E alerta "para o efeito de a iniciativa legislativa empurrar Portugal para o retrocesso, comprometendo o nível de despesa actual das famílias com comunicações electrónicas".

Já a ApriteL, associação que representa os operadores de telecomunicações em Portugal, tem alertado que "os prazos de fidelização destinam-se a assegurar alguma estabilidade razoável do cliente", "mas também o retorno dos pesados investimentos" das operadoras. E alerta "para o efeito de a iniciativa legislativa empurrar Portugal para o retrocesso, comprometendo o nível de despesa actual das famílias com comunicações electrónicas".

SAPOTEK

Os contratos com prazos mais alargados permitem "às empresas distribuir por um período mais longo a remuneração dos serviços prestados, dos investimentos e dos custos específicos de cada contratação", como sublinhou, por diversas vezes, a associação que representa as operadoras (ApriteL).

Diário de Notícias

"Os operadores estão a redesenhar as suas ofertas à luz do que são as novas obrigações que decorrem da lei, pelo que é prematuro antecipar impactos reais", diz Daniela Antão, secretária-geral da ApriteL. Mas, lembra, disposições como os prazos de ofertas e "encargos devidos aos operadores em caso de cessação antecipada dos contratos por iniciativa dos consumidores" só entram em vigor no dia 16 de agosto.



Sabe o que mudou nas refidelizações das telecomunicações?

Fidelização ApriteL esclarece data da entrada em vigor da nova lei

A Associação dos Operadores de Comunicações Electrónicas (ApriteL) esclareceu ontem que a obrigação de disponibilizar ofertas sem fidelização e com fidelização por seis e 12 meses só entra em vigor a 16 de Agosto. O esclarecimento surge depois da entrada em vigor, no domingo, de algumas alterações à Lei das Comunicações Electrónicas, relativas à fidelização, sendo que outras só entrarão em vigor a 16 de Agosto. A partir dessa data, garante a ApriteL, os operadores de telecomunicações "passarão, obviamente, a disponibilizar também a opção dos seis meses", acrescentando que já há opções sem fidelização e com fidelização a 12 e a 24 meses. Os operadores estão a reformular as suas ofertas à luz

ApriteL esclarece aspectos da entrada em vigor da nova Lei das Comunicações

Os operadores de telecomunicações estão a reformular as suas ofertas à luz das alterações decorrentes da Lei das Comunicações Electrónicas. Uma informação confirmada pelas operadoras ao Negócios.

P

metro

Comunicações. Ofertas sem fidelização a 16 de agosto

A lei que "determina que os operadores disponibilizem ofertas sem fidelização e com fidelização por 6 e 12 meses só entra em vigor a 16 de agosto". A partir deste dia, "os operadores passarão a disponibilizar também a opção dos 6 meses", diz a Associação dos Operadores de Comunicações Electrónicas (ApriteL). O comunicado da ApriteL diz ainda que os operadores estão a redesenhar as suas ofertas à luz das alterações decorrentes da Lei das Comunicações Electrónicas.

roaming

Os grandes beneficiados com a proposta da Comissão Europeia são os países do Norte da Europa, diz a ApriteL.

A proposta da Comissão Europeia de que durante 90 dias os consumidores podem usufruir do roaming sem custos adicionais a partir de junho de 2017 não convenceu a ApriteL. A proposta para definir a política de utilização responsável (PUR) é "muito permissiva", reagiu a associação dos operadores de telecomunicações, e só vai beneficiar "15% dos portugueses". Quem mais beneficia são os países do Norte da Europa.

Associação defende que fim do roaming prejudica portugueses

Em causa está o "elevado" número de dias de roaming gratuito e que pode chegar aos 90.

Operadoras contra as novas regras de roaming

Em causa está o "elevado" número de dias de roaming gratuito e que pode chegar aos 90.

TELECOMUNICAÇÕES

Bruxelas retira plano sobre fim do "roaming"

Em Portugal, para a associação que representa as operadoras nacionais (ApriteL) a proposta de Bruxelas parecia "ser muito permissiva, uma vez que contempla um número muito elevado de dias e não impõe quaisquer restrições em termos de volumes de consumo em roaming a preços domésticos", de acordo com um comunicado emitido quarta-feira, antes da retirada da CE.

Considerou que a proposta de 90 dias "extravasa acentuada e injustificadamente o objectivo para o qual foi prevista: permitir que o viajante ocasional médio possa manter o seu padrão de consumo doméstico" quando viaja dentro do espaço europeu.

lusa

Jornal

APRITEL: fim do roaming vai prejudicar portugueses

O organismo que representa os operadores de comunicações electrónicas considera que as alterações ao roaming propostas pela Comissão Europeia prejudica os cidadãos portugueses.

EXAME INFORMÁTICA

VI. contas do exercício



relatório | 2016



1. Contas do Exercício

relatório | 2016

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
Vendas e serviços prestados		197 300,00	197 300,00
Subsídios à exploração			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-196 849,23	-158 151,24
Gastos com o pessoal			
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		0,00	2 418,50
Outros gastos		-13 500,00	-2 958,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-13 049,23	38 608,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-91,06	-91,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-13 140,29	38 517,25
Juros e rendimentos similares obtidos		8 541,56	14 843,25
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-4 598,73	53 360,50
Imposto sobre o rendimento do período		1 836,44	3 711,28
Resultado líquido do período		-6 435,17	49 649,22



1. Contas do Exercício

relatório | 2016

Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
ACTIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis		182,12	273,18
Ativos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Créditos e outros ativos não correntes			
		182,12	273,18
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		1 300,00	
Estado e outros entes públicos		2 738,49	4 314,38
Capital Subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber		101,76	95,61
Diferimentos		1 313,03	34,98
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários		531 771,21	540 992,16
		537 224,49	545 437,13
Total do ativo		537 406,61	545 710,31



1. Contas do Exercício

relatório | 2016

Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		541 379,89	491 730,67
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos capitais próprios			
Resultado líquido do período		-6 435,17	49 649,22
Total do capital próprio		534 944,72	541 379,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		477,49	613,94
Estados e outros entes públicos		1 836,44	3 711,28
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		147,96	5,20
		2 461,89	4 330,42
Total do passivo		2 461,89	4 330,42
Total do capital próprio e do passivo		537 406,61	545 710,31



1. Contas do Exercício

relatório | 2016

Mapa de Comparação Orçamental

<i>Operacional</i>		Orçamento 2015	Execução de 2015	Orçamento 2016	Varição Ex15/016	Execução até 12/2016
Secretaria Geral	Valor 2015 (12 x € 8.200)	106 998,96 €	98 095,75 €	98 400,00 €	304,25 €	98 400,00 €
Escritório - Renda	Contrato Liberooffice Chiado (30m2): 12 x € 1.202,33	15 600,00 €	18 409,12 €	14 427,96 €	-3 981,16 €	14 427,96 €
Escritório - Desp. Div. (Cond., limpeza, electr., etc.)	Estimativa 2015	4 947,69 €		0,00 €		7,77 €
Material de Escritório	inclui estacionário e material informático	700,00 €	1 278,61 €	600,00 €	-678,61 €	933,55 €
Documentação (Livros, revistas, jornais, etc.)	Assinaturas revistas e livros técnicos	150,00 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €
Comunicações Eletrónicas	Comunicações	2 890,55 €		1 680,00 €	-1 262,68 €	
Alojamento do site (TOTAL = 5.000,00€)	Alojamento site	2 109,45 €	5 885,36 €	1 365,30 €	-1 577,38 €	2 809,37 €
Comunicações Postais	Estimativa baseada na Execução de 2011	700,00 €	47,26 €	200,00 €	152,74 €	134,30 €
Deslocações e estadas	Deslocações SG	4 000,00 €	1 170,49 €	1 150,00 €	-20,49 €	1 007,90 €
Outras despesas	Estimativa baseada na Execução de 2011	500,00 €	311,27 €	500,00 €	188,73 €	87,16 €
Quotizações pagas	ECTA e CSP	15 000,00 €		8 500,00 €	8 500,00 €	13 500,00 €
Agência de Comunicação	Contrato LPM	23 616,00 €	23 616,00 €	18 616,00 €	-5 000,00 €	23 616,00 €
Outros serviços especializados	Contabilidade + apoio informático	5 000,00 €	4 428,00 €	5 000,00 €	572,00 €	4 428,00 €
Despesas financeiras	Garantia bancária da renda e comissões bancárias diversas	167,51 €		100,00 €	100,00 €	15,60 €
SOMA DESPESAS OPERACIONAIS		182 380,16 €	153 241,86 €	150 589,26 €	-2 652,60 €	159 367,61 €



1. Contas do Exercício

relatório | 2016

Mapa de Comparação Orçamental

<i>Investimento</i>	Orçamento 2015	Execução de 2015	Orçamento 2016	Variação Ex15/016	Execução até 12/2016
Estudos	Estudos de terceiros (parte suportada pela APRITEL)	117.391,20 €	0,00 €	117.391,20 €	
Eventos próprios	Comemoração 20 anos; AG; RD's; reuniões CT's	36.900,00 €	34.900,00 €	2.000,00 €	538,39 €
Manutenção e atualização do Site	Nova release do site	7.000,00 €	7.000,00 €	-	2.460,00 €
Publicidade e Imagem	Alteração imagem da APRITEL e produção de materiais	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	
Escritório - Remodelação	inclui compra de equipamento e mudança	1.500,00 €	1.500,00 €	-	1.973,55 €
SOMA DESPESAS INVESTIMENTO		165.791,20 €	43.400,00 €	122.391,20 €	4.971,94 €
<i>Extraordinárias</i>					
Provisão cobranças duvidosas	Todos os associados pagarão as quotas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Anulação de dívidas de Associados	Todos os associados pagarão as quotas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custos Extraordinários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SOMA DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DESPESAS		348.171,36 €	187.602,28 €	160.569,08 €	158.384,42 €



APRITEL

ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES
DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS

relatório | 2016